



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

**Comissão Especial sobre o FPM e os Fundos Constitucionais Sul/Sudeste
(PEC 231/2019)**

REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Do Sr. Marcel van Hattem)

Requer a realização de audiência pública para debater os impactos das Propostas de Emenda à Constituição nº 231/2019 e apensadas, com o objetivo de discutir os impactos das referidas propostas sobre o setor de turismo, as economias locais e o equilíbrio fiscal dos municípios brasileiros.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Temporária destinada a analisar as Propostas de Emenda à Constituição nº 231/2019 e apensadas, com o objetivo de discutir os impactos das referidas propostas sobre o setor de turismo, as economias locais e o equilíbrio fiscal dos municípios brasileiros.

Para as apresentações e debates, sugere-se a participação dos seguintes convidados:

- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

- Representante da Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV Nacional);
- Representante da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA);
- Representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR);
- Representante da Associação Brasileira das Empresas de Turismo Receptivo Internacional (ABRATIUR).

JUSTIFICATIVA

O turismo brasileiro consolida-se como um dos setores mais dinâmicos da economia nacional, responsável por impulsionar o emprego, a renda e o desenvolvimento regional em todas as regiões do país. De acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Turismo¹², o setor registrou crescimento de 5,4% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo 14 meses consecutivos de alta e um acúmulo de 6,1% de expansão no ano.

Esse desempenho traduz a retomada vigorosa das atividades turísticas pós-pandemia, com impacto direto sobre pequenas e médias empresas nos segmentos de hospedagem, alimentação, transporte, cultura e lazer. Essa relevância macroeconômica se materializa, de maneira muito concreta, nos municípios de pequeno e médio porte, especialmente aqueles cuja vocação econômica está ligada ao turismo de natureza, cultural, histórico, religioso ou de negócios.

Nesses casos, o turismo funciona como grande indutor de arrecadação indireta, por meio de ISS, movimentação do comércio local e geração de

1 **Fonte:** <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/setor-de-turismo-mantem-alta-e-registra-crescimento-de-5-4-no-primeiro-trimestre-de-2025> **Acesso em:** 10 Nov. 2025

2 **Fonte:** <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-brasileiro-cresce-6-1-no-acumulado-de-2025-e-mantem-14-meses-seguidos-de-alta> **Acesso em:** 10 Nov. 2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

empregos em serviços, mas depende, para se sustentar, de investimentos públicos em infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento, segurança e promoção turística, áreas tradicionalmente financiadas com forte peso das transferências constitucionais da União, em especial o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Essa vitalidade econômica manifesta-se de forma particularmente intensa nos municípios de pequeno e médio porte, onde o turismo é motor de desenvolvimento local e fonte relevante de arrecadação indireta. Esses municípios, no entanto, dependem fortemente das transferências constitucionais da União, especialmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para financiar infraestrutura, saneamento, mobilidade e serviços públicos que sustentam a atividade turística.

De acordo com estudo técnico da Confederação Nacional de Municípios, o FPM responde por mais de 60% das receitas correntes em milhares de municípios brasileiros, chegando a 80% nos de menor porte, o que reforça a importância das propostas em análise, que ampliam o repasse da União ao fundo³.

O fortalecimento do FPM representa, portanto, não apenas uma medida de correção federativa, mas também um instrumento de estímulo direto à economia real, capaz de expandir investimentos municipais em infraestrutura turística, promoção de destinos e qualificação profissional, fortalecendo a livre iniciativa e o empreendedorismo local.

A audiência pública ora requerida busca, assim, reunir entidades representativas do turismo, operadores e empresários para avaliar tecnicamente os efeitos das PECs sobre o ambiente de negócios, o federalismo fiscal e o desenvolvimento regional, com base em dados concretos e recentes da economia brasileira.

3 Fonte:

[https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/15082023_Estudo_Crise_Municipios_Agosto2023%20\(1\).pdf](https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/15082023_Estudo_Crise_Municipios_Agosto2023%20(1).pdf)

Acesso em: 10 Nov. 2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

Sala das Comissões, em de outubro de 2025.

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)

Apresentação: 11/11/2025 11:52:01.103 - PEC23119

REQ n.6/2025

